



**HOSPITAL DA MULHER E MATERNIDADE D. REGINA**  
**Palmas – TO**

**RELATÓRIO 05 – MATRIZ DE RISCOS**

**(ANEXO XIX do Edital)**

## MATRIZ DE RISCOS

O presente ANEXO tem o objetivo de consolidar a alocação objetiva dos riscos a serem partilhados entre o PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA.

Os fundamentos necessários à compreensão das razões das alocações expostas no instrumento abaixo podem ser encontrados nos relatórios de instrução do processo de estruturação da Parceria Público-Privada para CONSTRUÇÃO, GESTÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO HOSPITAL DA MULHER E MATERNIDADE DONA REGINA EM PALMAS – HMMDR, destacando-se o seguinte:

1. As obrigações pertinentes ao PODER CONCEDENTE se referem, fundamentalmente, a questões formais do futuro CONTRATO DE CONCESSÃO, à entrega do imóvel do HOSPITAL DA MULHER E MATERNIDADE DONA REGINA EM PALMAS à futura CONCESSIONÁRIA e aos pagamentos dos valores de contraprestação mensal, representando os riscos alocados na matriz anexa tal condição;

2. Os riscos alocados à CONCESSIONÁRIA se referem, em geral, à adequada construção do edifício da nova maternidade, ao regular funcionamento dos serviços concedidos e à excelência de sua prestação;

3. Para cada risco foi estabelecido um critério de impacto no cumprimento dos ajustes celebrados pelas PARTES no CONTRATO, variando de riscos com impacto ‘muito baixo’, ‘baixo’, ‘moderado’, ‘alto’ e ‘muito alto’.

A participação na presente LICITAÇÃO pressupõe o conhecimento da Matriz de Riscos, que integra o EDITAL e o CONTRATO para fins de sua interpretação. A formulação das propostas por parte das licitantes considerará seu conteúdo, não podendo o futuro contratado alegar desconhecimento ou má-compreensão de seus termos.

A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato se dará nos casos nele previstos, detalhados nas hipóteses ilustradas na Matriz ora apresentada, constatado o efetivo desequilíbrio na relação sinalagmática contratual. A ocorrência de eventos não tratados na Matriz de Riscos ou no CONTRATO DE CONCESSÃO e



que venham a influenciar a prestação dos serviços e a idoneidade financeira-orçamentária do ajuste serão discutidas e decididas nos termos previstos no CONTRATO, em seu mecanismo de solução de conflitos.



|  | TIPO | RISCO | MATERIALIZAÇÃO | RESPONSÁVEL | MITIGAÇÃO | IMPACTO |
|--|------|-------|----------------|-------------|-----------|---------|
|--|------|-------|----------------|-------------|-----------|---------|



|    |           |   |  |  |  |            |
|----|-----------|---|--|--|--|------------|
| 01 | Ambiental | Não obtenção das licenças ambientais necessárias ao funcionamento do HMMDR. | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Atrasos no início dos serviços;</li> <li>- Diminuição da rentabilidade do projeto decorrente do atraso nos cronogramas de investimentos e de operação;</li> <li>- Redução temporária do VCM.</li> </ul> | <p>Compartilhado:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· para o Privado - limitada às licenças ambientais referentes às responsabilidades dos serviços contratados na Concessão Administrativa do HMMDR, bem como a fatos e condicionantes já reconhecidas ou reconhecíveis na documentação ofertada por ocasião da licitação;</li> <li>para o Público – limitada à impossibilidade de obtenção das</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Obrigação contratual de investimentos para obtenção de licenças;</li> <li>- Penalidades contratuais;</li> <li>- Remuneração contratual vinculada à fruição dos serviços.</li> </ul> | Muito Alto |
|----|-----------|---|--|--|--|------------|



|  |  |  |  |   |  |  |
|--|--|--|--|---|--|--|
|  |  |  |  | licenças em função de informação ou fato desconhecido ou não comunicado aos licitantes por ocasião do processo licitatório. |  |  |
|--|--|--|--|---|--|--|



|     |           |  |  |         |  |          |
|-----|-----------|--|--|---------|--|----------|
| R02 | Ambiental | <p>Descumprimento da legislação ambiental.</p> <p>Obs.: o risco se aplica somente para novos passivos ou irregularidades, pois os passivos ambientais preexistentes à assunção dos serviços pela Concessionária serão de responsabilidade do Poder Concedente.</p> | <p>Responsabilização ambiental (administrativa ou judicial) em decorrência da atuação da Concessionária.</p> | Privado | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Obrigação contratual de atendimento à legislação e regulamentação ambiental;</li> <li>- Obrigação de investimento pelo parceiro privado para regularização de irregularidades ambientais;</li> <li>- Obrigação de ressarcimento, pela Concessionária, de qualquer penalização imposta ao Poder Concedente ou custo por ele arcado, quanto a este risco;</li> <li>- Aplicação de penalidades contratuais em função de eventual dano à imagem do Poder Concedente.</li> </ul> | Moderado |
|-----|-----------|--|--|---------|--|----------|



|     |           |   |   |         |  |      |
|-----|-----------|---|---|---------|--|------|
| R03 | Ambiental | Gerenciamento de resíduos sólidos hospitalares. | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Responsabilização ambiental (administrativa ou judicial) em decorrência da atuação da Concessionária;</li> <li>- Contaminação dos hospitais por resíduos não tratados devidamente;</li> <li>- Danos a terceiros em decorrência da disposição inadequada dos resíduos.</li> </ul> | Privado | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Obrigação contratual de atendimento à legislação e regulamentação ambiental;</li> <li>- Obrigação de investimento pelo parceiro privado para regularização de irregularidades ambientais;</li> <li>- Obrigação de ressarcimento, pela Concessionária, de qualquer penalização imposta ao Poder Concedente ou custo por ele arcado, quanto a este risco;</li> <li>- Aplicação de penalidades contratuais em função de eventual dano à imagem do Poder Concedente.</li> </ul> | Alto |
|-----|-----------|---|---|---------|--|------|





|     |                  |   |   |         |   |            |
|-----|------------------|---|---|---------|---|------------|
| R04 | Ativo Permanente | Custos subestimados para investimentos em ativos permanentes. | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumento dos custos previstos pelo parceiro privado;</li> <li>- Queda da TIR</li> </ul> | Privado | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Obrigação de investimentos pelo Parceiro Privado para a adequada prestação dos serviços;</li> <li>- Previsão de penalidades contratuais por descumprimento contratual;</li> <li>- Possibilidade de subcontratação das obras e projetos.</li> </ul> | Muito Alto |
|-----|------------------|---|---|---------|---|------------|



|     |                  |   |  |         |  |            |
|-----|------------------|---|--|---------|--|------------|
| R05 | Ativo Permanente | Investimento em ativos permanentes não previstos no projeto do edifício do HMMDR ou não exigidos no contrato de PPP | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumento dos custos previstos pelo Parceiro Privado</li> <li>- Queda na qualidade dos serviços concedidos em função de obras e intervenções no HMMDR.</li> </ul> | Privado | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Negociação contratual objetivando avaliar a conveniência e oportunidade ação do parceiro privado, bem como a destinação dos novos ativos ao final do contrato de Concessão</li> <li>- Aplicação de penalidades contratuais e diminuição do valor de contrapartida em função da queda na qualidade do desempenho dos serviços concedidos</li> <li>- Eventual necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro em função das novas funcionalidades colocadas à disposição dos usuários</li> </ul> | Muito Alto |
|-----|------------------|---|--|---------|--|------------|



|     |                  |   |   |         |   |          |
|-----|------------------|---|---|---------|---|----------|
| R06 | Ativo Permanente | Responsabilização ou passivos decorrentes de prejuízos causados pelo funcionamento infraestrutura predial cuja manutenção é responsabilidade do parceiro privado. | - Responsabilização por danos causados a terceiros. | Privado | <p>- Obrigação contratual de contratação de Plano de Seguros (Responsabilidade Civil);</p> <p>- Obrigação contratual do Parceiro Privado ressarcir o Poder Concedente por eventuais responsabilizações decorrentes de danos causados a terceiros ou danos à imagem do Poder Concedente.</p> | Moderado |
|-----|------------------|---|---|---------|---|----------|



|     |                  |                       |   |         |  |      |
|-----|------------------|-----------------------|---|---------|--|------|
| R07 | Ativo Permanente | Segurança patrimonial | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Furto/Roubo de equipamentos, materiais ou demais bens do HMMDR;</li> <li>- Necessidade de novos investimentos;</li> <li>- Queda da TIR.</li> </ul> | Privado | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Obrigação contratual de contratação de seguros;</li> <li>- Obrigação contratual de reposição dos bens extraviados, furtados ou roubados;</li> <li>- Remuneração vinculada ao desempenho do Parceiro Privado.</li> </ul> | Alto |
|-----|------------------|-----------------------|---|---------|--|------|



|     |         |  |  |         |   |            |
|-----|---------|--|--|---------|---|------------|
| R08 | Demanda | Demanda pela utilização dos Hospitais. | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Demanda de usuários maior do que a aquela prevista pelo Poder Concedente;</li> <li>- Necessidade de novos investimentos.</li> </ul> | Público | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Dimensionamento da demanda no Caderno de Encargos, balizando a disponibilização dos bens e serviços pelo parceiro privado;</li> <li>- Eventual necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato para necessidade de ampliações e novos investimentos não previstos originalmente;</li> <li>- Remuneração do parceiro privado influenciada pela disponibilidade/demanda pelo hospital.</li> </ul> | Muito Alto |
|-----|---------|--|--|---------|---|------------|



|     |                 |  |  |         |   |            |
|-----|-----------------|--|--|---------|---|------------|
| R09 | Disponibilidade | Atraso na implantação de serviços públicos (conexão com rede de água e esgoto, energia elétrica, telecomunicações) falta de extensão dos serviços ao imóvel do HMMDR | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Atraso no início da prestação dos serviços;</li> <li>- Aumento de custos;</li> <li>- Queda da TIR.</li> </ul>                               | Público | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Cláusula contratual de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato;</li> <li>- Realização de procedimento de resolução de conflitos nos termos do contrato.</li> </ul> | Alto       |
| R10 | Engenharia      | Atraso no cumprimento do cronograma para entrega do imóvel onde será construído o HMMDR.   | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Atraso no início das obras e no início da prestação dos serviços;</li> <li>- Postergação do pagamento da Contraprestação Mensal.</li> </ul> | Público | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Possibilidade de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro;</li> <li>- Remuneração atrelada à disponibilização dos serviços.</li> </ul>  | Muito Alto |



|     |            |   |  |         |  |            |
|-----|------------|---|--|---------|--|------------|
| R11 | Engenharia | Atraso na conclusão da obra ou defeitos no novo edifício do HMMDR que impeçam a obtenção do “Habite-se” junto à Prefeitura de Palmas. | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Atraso no início da prestação dos serviços de Bata Cinza;</li> <li>- Aumento de custos por necessidade de novos investimentos;</li> <li>- Danos materiais;</li> <li>- Queda da TIR;</li> <li>- Postergação do pagamento ou redução do Valor da Contraprestação Mensal.</li> </ul> | Privado | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Possibilidade de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro;</li> <li>- Aplicação de penalidades contratuais.</li> </ul> | Muito Alto |
|-----|------------|---|--|---------|--|------------|



|     |            |   |   |         |  |            |
|-----|------------|---|---|---------|--|------------|
| R12 | Engenharia | Construção de edificação não prevista projeto do edifício do HMMDR ou não exigidos no contrato de PPP | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumento dos custos previstos pelo Parceiro Privado</li> <li>- Queda na qualidade dos serviços concedidos em função de obras e intervenções no HMMDR.</li> <li>- Diminuição da TIR</li> </ul> | Privado | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Negociação contratual objetivando avaliar a conveniência e oportunidade ação do parceiro privado, bem como a destinação dos novos ativos ao final do contrato de Concessão</li> <li>- Aplicação de penalidades contratuais e diminuição do valor de contrapartida em função da queda na qualidade do desempenho dos serviços concedidos</li> <li>- Eventual necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro em função das novas funcionalidades colocadas à disposição dos usuários</li> </ul> | Muito Alto |
|-----|------------|---|---|---------|--|------------|





|     |               |  |  |         |  |            |
|-----|---------------|--|--|---------|--|------------|
| R13 | Financiamento | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Não obtenção do financiamento necessário; ou</li> <li>- Inadimplementos quanto às obrigações inerentes ao financiamento.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Necessidade de aporte de capital próprio ou de obtenção de fontes alternativas de recursos;</li> <li>- Queda da TIR.</li> </ul> | Privado | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Obrigação contratual de prestação dos serviços;</li> <li>- Remuneração do Parceiro Privado;</li> <li>- Publicação de balanço / Auditoria periódica obrigatória;</li> <li>- Step-In-Rights;</li> <li>- Direito dos financiadores receberem diretamente indenizações eventualmente devidas em razão da rescisão antecipada do contrato;</li> <li>- Previsão contratual de mecanismos de fiscalização contratual.</li> </ul> | Muito Alto |
|-----|---------------|--|--|---------|--|------------|



|     |               |  |  |         |   |            |
|-----|---------------|--|--|---------|---|------------|
| R14 | Financiamento | Necessidade de realização de aporte de recursos pelo Poder Concedente. | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Atrasos no início ou prosseguimento dos serviços;</li> <li>- Necessidade de busca de novas fontes de financiamento.</li> </ul>                                  | Privado | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Aditamento contratual para fins de reequilíbrio econômico-financeiro;</li> <li>- Penalidades contratuais;</li> <li>- Possibilidade de prestação de garantias.</li> </ul> | Muito Alto |
| R15 | Legislativo   | Mudança de legislação e regulação.                                     | - Alteração significativa nas condições preestabelecidas para a prestação dos serviços, haja vista o gasto incremental do parceiro privado que inviabiliza o cumprimento de suas obrigações contratuais. | Público | - Cláusula contratual de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.   | Muito Alto |



|     |                 |   |  |         |   |      |
|-----|-----------------|---|--|---------|---|------|
| R16 | Macroeconômicos | Alterações de custos macroeconômicos. (e.g. taxa de juros)  | - Variação dos custos da SPE;<br>- Alterações na TIR.                    | Privado | - Estabelecimento de índice de reajuste contratual condizente com variação do setor.  | Alto |
| R17 | Macroeconômicos | Variação na taxa de câmbio.   | - Variação significativa dos custos para o escopo do projeto.            | Privado | - Mecanismos de reajuste contratual com base nos índices estabelecidos no contrato.   | Alto |
| R18 | Operação        | Variação de custos de insumos, custos operacionais, de manutenção, investimentos ou qualquer outro custo incorrido na atuação da Concessionária | Variação significativa dos custos para a manutenção da operação do HMMDR | Privado | - Cláusula contratual de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. | Alto |



|     |          |   |   |         |   |      |
|-----|----------|---|---|---------|---|------|
| R19 | Operação | Utilização indevida dos bens disponibilizados pelo Parceiro Privado | <ul style="list-style-type: none"> <li>-Necessidade de investimentos;</li> <li>- Queda da TIR.</li> </ul> | Privado | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Obrigação contratual de que os colaboradores que executam os trabalhos assistenciais e não assistenciais contratados pelo Parceiro Privado deverão zelar pela boa conservação dos bens;</li> <li>- Previsão contratual de o parceiro privado será responsável pelos danos decorrentes da utilização indevida dos bens por parte de seus funcionários;</li> <li>- Remuneração vinculada ao desempenho do parceiro privado.</li> </ul> | Alto |
|-----|----------|---|---|---------|---|------|



|     |          |   |   |   |   |          |
|-----|----------|---|---|---|---|----------|
| R20 | Operação | Descumprimento da Matriz de Interface, naquilo que estiver sob sua responsabilidade | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Queda na qualidade de serviços prestados</li> <li>- Aplicação de penalidades e queda da TIR</li> </ul> | Compartilhado (descumprimento pode ser tanto do parceiro público quanto do privado) | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Penalidades contratuais</li> <li>- Remuneração vinculada ao desempenho do parceiro privado</li> <li>- Eventual necessidade de utilização dos mecanismos de solução de controvérsias previsto no contrato</li> <li>- Eventual necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro</li> </ul> | Moderado |
|-----|----------|---|---|---|---|----------|



|     |          |  |   |         |   |            |
|-----|----------|--|---|---------|---|------------|
| R21 | Operação | Não atendimento dos prazos contratuais para implantação dos serviços após a emissão da ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇO da ETAPA DE SERVIÇOS               | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Necessidade de investimentos;</li> <li>- Queda da TIR;</li> <li>- Prestação inadequada dos serviços</li> </ul> | Privado | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Penalidades contratuais;</li> <li>- Remuneração vinculada ao desempenho do parceiro privado.</li> </ul>  | Muito Alto |
| R22 | Operação | Ampliação da HMMDR, com a aplicação a disposição contratual de instalação do atendimento hospitalar na área edificada e livre do edifício construído | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Necessidade de novos investimentos</li> <li>- Queda da TIR</li> </ul>  | Público | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Repactuação financeira do ajuste, incorporando-se a amortização dos novos investimentos, com eventual reequilíbrio econômico-financeiro do contrato</li> </ul> | Muito Alto |



|     |          |  |   |         |   |          |
|-----|----------|--|---|---------|---|----------|
| R23 | Operação | Manutenção indevida dos bens vinculados à prestação dos serviços de bata branca ou bata cinza. | <ul style="list-style-type: none"> <li>-Necessidade de investimentos;</li> <li>- Queda da TIR.</li> </ul> | Privado | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Remuneração contratual vinculada ao desempenho do Parceiro Privado na execução dos serviços;</li> <li>- Obrigação de realizar manutenção preventiva e corretiva, com profissionais e equipamentos adequados;</li> <li>- Aplicação de penalidades contratuais;</li> <li>- Contratação de plano de seguros.</li> </ul> | Moderado |
|-----|----------|--|---|---------|---|----------|



|     |          |   |   |         |   |            |
|-----|----------|---|---|---------|---|------------|
| R24 | Operação | Não obtenção das licenças, alvarás ou autorizações necessárias à operação do HMMDR. | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Atraso na disponibilização dos serviços e operação do hospital;</li> <li>- Postergação do pagamento da Contraprestação Mensal;</li> <li>- Queda da TIR.</li> </ul> | Privado | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Aplicação de penalidades contratuais;</li> <li>- Possibilidade de caducidade do contrato;</li> <li>- Remuneração vinculada com disponibilização dos serviços.</li> </ul> | Muito Alto |
|-----|----------|---|---|---------|---|------------|





|     |          |   |   |         |   |            |
|-----|----------|---|---|---------|---|------------|
| R25 | Operação | Não atingimento dos índices de desempenho ou qualidade na prestação dos serviços envolvidos na PPP. | <ul style="list-style-type: none"><li>- Degradação do nível dos serviços;</li><li>- Redução do valor da Contraprestação Mensal;</li><li>- Necessidade de investimentos para aprimorar serviços; queda da TIR.</li></ul> | Privado | <ul style="list-style-type: none"><li>- Remuneração vinculada ao desempenho do parceiro privado na prestação dos serviços;</li><li>- Penalidades contratuais;</li><li>- Definição de indicadores de qualidade e desempenho relacionados à prestação dos serviços;</li><li>- Em último caso, intervenção e/ou caducidade da concessão.</li></ul> | Muito Alto |
| R26 | Operação | Mudança nas especificações do serviço exigidas pelo Poder Concedente.                               | <ul style="list-style-type: none"><li>- Aumento de custos e queda da TIR.</li></ul>   | Público | <ul style="list-style-type: none"><li>- Cláusula de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.</li></ul>  | Muito Alto |



|     |          |  |   |         |  |      |
|-----|----------|--|---|---------|--|------|
| R27 | Operação | Não instituição de comissões e não realização de treinamentos exigidos contratualmente   | <ul style="list-style-type: none"><li>- Queda na qualidade de prestação dos serviços;</li><li>- Redução da contraprestação mensal;</li><li>- Queda da TIR</li></ul> | Privado | <ul style="list-style-type: none"><li>- Penalidades contratuais</li><li>- Remuneração vinculada ao desempenho do parceiro privado na prestação dos serviços</li></ul>  | Alto |
| R28 | Operação | Não apresentação ou manutenção dos profissionais para a prestação de serviços e assistenciais de saúde nas condições exigidas no Caderno de Encargos | <ul style="list-style-type: none"><li>- Degradação do nível de serviços</li><li>- Redução da contraprestação mensal</li><li>- Queda da TIR</li></ul>                | Privado | <ul style="list-style-type: none"><li>- Penalidades contratuais</li><li>- Remuneração vinculada ao desempenho do parceiro privado na prestação dos serviços</li><li>- Extinção anormal do contrato</li></ul> | Alto |



|     |          |   |   |         |  |          |
|-----|----------|---|---|---------|--|----------|
| R29 | Operação | Problemas concernentes à segurança e saúde dos trabalhadores do HMMDR que estejam subordinados à Concessionária, seus subcontratados ou terceirizados | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Degradação do nível de serviços</li> <li>- Reclamações trabalhistas</li> <li>- Queda da TIR</li> </ul> | Privado | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Penalidades contratuais</li> <li>- Remuneração vinculada ao desempenho do parceiro privado na prestação dos serviços</li> <li>- Extinção anormal do contrato</li> </ul> | Alto     |
| R30 | Operação | Não cumprimento das normas técnicas da ANVISA para funcionamento do HMMDR   | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Atraso na prestação dos serviços</li> <li>- Aumento dos custos e queda na TIR</li> </ul>               | Privado | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Penalidades contratuais</li> <li>- Remuneração vinculada ao desempenho do parceiro privado na prestação dos serviços</li> </ul>   | Moderado |



|     |          |  |  |         |  |          |
|-----|----------|--|--|---------|--|----------|
| R31 | Operação | Prejuízos causados a terceiros por sua culpa, seus empregados, prestadores de serviço, terceirizados, subcontratados ou qualquer outra pessoa física ou jurídica a ele vinculada, no exercício das atividades abrangidas no CONTRATO | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Queda na TIR</li> <li>- Atraso ou paralisação nos serviços</li> </ul> | Privado | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Penalidades contratuais</li> <li>- Remuneração vinculada ao desempenho do parceiro privado na prestação dos serviços</li> </ul> | Moderado |
|-----|----------|--|--|---------|--|----------|



|     |          |             |  |               |  |          |
|-----|----------|-------------|--|---------------|--|----------|
| R32 | Operação | Tecnológico | - Necessidade de investimentos em bens ou serviços decorrentes de novas tecnologias. | Compartilhado | <p>- Risco compartilhado em função das distintas situações abaixo esclarecidas:</p> <p>a. Caso o Poder Concedente exija a implementação ou aquisição de bem ou serviço não previsto originalmente, cuja utilização não seja necessária para manutenção do nível dos serviços, o risco será público e o mecanismo de mitigação será o reequilíbrio econômico- financeiro do contrato;</p> <p>b. Caso o Parceiro Privado deseje implementar inovação tecnológica para ganhar eficiência, produtividade, reduzir custos</p> | Moderado |
|-----|----------|-------------|--|---------------|--|----------|



|  |  |  |  |  |   |  |
|--|--|--|--|--|---|--|
|  |  |  |  |  | <p>ou simplesmente adote nova tecnologia, o risco será privado, sendo certo que os custos do novo investimento serão arcados pelo parceiro privado e os benefícios e ganhos de eficiência serão por ele aproveitados;</p> <p>- Nas revisões periódicas do contrato, caso a revisão de parâmetros de desempenho conduza o parceiro privado a investimentos em novas tecnologias, o risco será privado, na medida em que o investimento será necessário ao atingimento dos índices de desempenho.</p> |  |
|--|--|--|--|--|---|--|



|     |          |   |  |               |  |          |
|-----|----------|---|--|---------------|--|----------|
| R33 | Operação | Interface entre operação dos serviços da PPP e os serviços assistenciais do HMMDR | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Degradação do nível dos serviços;</li> <li>- Aumento de custos; queda da TIR</li> </ul> | Compartilhado | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Definição de indicadores de qualidade e desempenho relacionados à prestação dos serviços a cargo do parceiro privado e do contratado pelo Poder Público para a manutenção predial do HMMDR;</li> <li>- Mecanismos para condução da relação entre as partes, tais como o Comitê de Interface e canais de comunicação;</li> <li>- Isenção da responsabilidade do parceiro privado, quando o descumprimento contratual decorrer do inadimplemento de obrigações por parte do Poder Concedente, no exercício das funções assistenciais do HMMDR.</li> </ul> | Moderado |
|-----|----------|---|--|---------------|--|----------|



|     |          |  |  |  |   |          |
|-----|----------|--|--|--|---|----------|
| R34 | Operação | Prejuízos causados por subcontratados. | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumento de custos e queda da TIR;</li> <li>- Atraso na disponibilização dos serviços;</li> <li>- Má avaliação dos serviços prestados no âmbito do contrato;</li> <li>- Redução do valor da Contraprestação Mensal.</li> </ul> | Privado (limitado aos subcontratados pelo parceiro privado do-contrato de PPP) | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Remuneração vinculada à performance na prestação dos serviços;</li> <li>- Cláusula contratual estabelecendo que o parceiro privado assume todos os riscos perante o Poder Concedente, inclusive em face da atividade de subcontratados.</li> </ul> | Moderado |
|-----|----------|--|--|--|---|----------|





|     |          |   |  |               |   |            |
|-----|----------|---|--|---------------|---|------------|
| R35 | Operação | Decisão administrativa ou judicial que suspenda ou anule a concessão, ou interrompa ou suspenda o pagamento das contraprestações mensais ou impeça seu reajuste | <ul style="list-style-type: none"> <li>- inviabilização da prestação dos serviços concedidos</li> <li>- não recebimento ou atraso dos valores das contraprestações mensais</li> <li>- necessidade de readequação dos termos contratuais</li> <li>- paralisação total ou parcial dos serviços concedidos</li> </ul> | Compartilhado | <p>a.</p> <p>b. No caso de falha imputável ao parceiro privado, correção das irregularidades apontadas, atraso ou diminuição no pagamento da contraprestação mensal, penalidades contratuais.</p> | Muito Alto |
|-----|----------|---|--|---------------|---|------------|



|     |          |  |  |         |  |      |
|-----|----------|--|--|---------|--|------|
| R36 | Operação | Ocorrência de caso fortuito ou força maior, quando as consequências não forem seguráveis no Brasil ou quando as consequências forem seguráveis, no que exceder ao valor da cobertura estabelecida no CONTRATO e em seus ANEXOS | <ul style="list-style-type: none"> <li>- inviabilização da prestação dos serviços concedidos</li> <li>- não recebimento ou atraso dos valores das contraprestações mensais</li> <li>- necessidade de readequação dos termos contratuais</li> <li>- paralisação total ou parcial dos serviços concedidos</li> </ul> | Público | - Eventual reequilíbrio econômico-financeiro | Alto |
|-----|----------|--|--|---------|--|------|



|     |          |   |  |         |   |       |
|-----|----------|---|--|---------|---|-------|
| R37 | Operação | Riscos inerentes à exploração das Atividades Acessórias | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Degradação do nível dos serviços;</li> <li>- Aumento de custos</li> <li>- Queda da TIR</li> </ul> | Privado | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Penalidades contratuais por depreciação dos serviços concedidos</li> </ul> | Baixo |
|-----|----------|---|--|---------|---|-------|



|     |          |  |  |         |  |            |
|-----|----------|--|--|---------|--|------------|
| R38 | Operação | Prestação e manutenção de plenas condições dos serviços assistenciais (BATA BRANCA) no HMMDR | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Degradação do nível dos serviços;</li> <li>- Aumento de custos na execução dos serviços concedidos</li> <li>- Queda na avaliação do desempenho do Concessionário</li> </ul> | Público | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Composição dos prejuízos por intermédio dos mecanismos contratuais</li> <li>- Eventual reequilíbrio econômico-financeiro</li> </ul> | Muito Alto |
|-----|----------|--|--|---------|--|------------|



|     |           |  |   |         |  |      |
|-----|-----------|--|---|---------|--|------|
| R39 | Operação  | Serviços não previstos - novos investimentos ou serviços solicitados pelo Poder Concedente e não previstos no Contrato, excetuando-se a ampliação do HMMDR | <ul style="list-style-type: none"> <li>- aumento dos custos de CAPEX e OPEX da Concessionária</li> <li>- Diminuição da TIR</li> </ul> | Público | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Eventual reequilíbrio econômico-financeiro</li> </ul>   | Alto |
| R40 | Pagamento | Pagamento da contraprestação devida ao Parceiro Privado.   | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Diminuição da Solvência da SPE; queda da TIR.</li> </ul>                                     | Público | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Multa e Juros suportados pelo Poder Concedente;</li> <li>- Acionamento de garantia de pagamento da</li> </ul> | Alto |



|     |             |  |  |         |  |            |
|-----|-------------|--|--|---------|--|------------|
|     |             |  |  |         | contraprestação.   |            |
| R41 | Regulatório | Alterações na regulação que impactem a prestação ou as condições do serviço. | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Alterações na TIR;</li> <li>- Queda da rentabilidade do projeto;</li> <li>- Necessidade de investimentos.</li> </ul>            | Público | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Mecanismos de revisão contratual para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.</li> </ul>   | Muito Alto |
| R42 | Regulatório | Penalidades aplicadas pela autoridade reguladora.                            | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Aplicação de penalidades à SPE ou ao Poder Concedente em decorrência das atividades não assistenciais nos Hospitais.</li> </ul> | Privado | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Possibilidade de caducidade do contrato ou intervenção pelo Poder Concedente;</li> <li>- Remuneração vinculada ao desempenho do parceiro</li> </ul> | Muito Alto |



|  |  |  |  |  |          |  |
|--|--|--|--|--|----------|--|
|  |  |  |  |  | privado. |  |
|--|--|--|--|--|----------|--|



|     |   |   |  |         |   |          |
|-----|---|---|--|---------|---|----------|
| R43 | Responsabilidade Civil e Administrativa | Responsabilização civil ou administrativa por danos causados ou irregularidades praticadas pelo Parceiro Privado. | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Má avaliação dos serviços;</li> <li>- Falha na prestação dos serviços;</li> <li>- Aumento de custos; queda da TIR.</li> </ul> | Privado | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Remuneração vinculada ao desempenho do parceiro privado na prestação dos serviços;</li> <li>- Obrigação contratual do Parceiro Privado ressarcir o Poder Concedente por eventuais responsabilizações decorrentes de danos causados a terceiros ou danos à imagem do Poder Concedente;</li> <li>- Contratação de plano de seguros;</li> <li>- Penalidades contratuais.</li> </ul> | Moderado |
|-----|---|---|--|---------|---|----------|





|     |         |  |   |         |  |          |
|-----|---------|--|---|---------|--|----------|
| R44 | Seguros | Cancelamento ou não renovação das apólices de seguros por parte das seguradoras. | - Aumento de custos pela necessidade de contratação de novos seguros e queda da TIR | Privado | <p>- Possibilidade de previsão de cláusula nas apólices de seguro obrigando a seguradora a notificar tanto o Parceiro Privado como o Poder Concedente, com pelo menos 30 dias de antecedência, sobre qualquer mudança nas condições do seguro, sejam elas redução de cobertura, aumento de franquias ou redução de importâncias seguradas;</p> <p>- Multas contratuais pela não renovação ou apresentação do seguro;</p> <p>- Cláusula contratual que obrigue o Parceiro Privado a manter todos os seguros vigentes durante o prazo contratual, com dever de</p> | Moderado |
|-----|---------|--|---|---------|--|----------|



|  |  |  |  |  |   |  |
|--|--|--|--|--|---|--|
|  |  |  |  |  | <p>informação ao Poder<br/>Concedente sobre qualquer<br/>alteração.</p> |  |
|--|--|--|--|--|---|--|



|     |           |  |   |         |  |            |
|-----|-----------|--|---|---------|--|------------|
| R45 | Solvência | Incapacidade de a SPE honrar compromissos financeiros. | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Recuperação judicial/extrajudicial;</li> <li>- Falência da SPE.</li> </ul> | Privado | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Step-in right em favor dos financiadores;</li> <li>- Intervenção pelo Poder Concedente;</li> <li>- Caducidade do contrato;</li> <li>- Publicação de balanço e Auditoria periódica obrigatória;</li> <li>- Penalidades Contratuais;</li> <li>- Execução da garantia contratual.</li> </ul> | Muito Alto |
|-----|-----------|--|---|---------|--|------------|



|     |             |  |   |  |  |       |
|-----|-------------|--|---|--|--|-------|
| R46 | Trabalhista | Reclamações trabalhistas e cumprimento da legislação trabalhista | - Responsabilização ou passivo trabalhista.   | Privado  | - Obrigação contratual do parceiro privado ressarcir o Poder Concedente por eventuais responsabilizações decorrentes de reclamações trabalhista de empregados da SPE ou de suas subcontratadas.  | Baixo |
| R47 | Trabalhista | Greves dos funcionários do HMMDR                                 | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Diminuição do nível dos serviços;</li> <li>- Suspensão das atividades da maternidade;</li> <li>- Aumento de custos; queda da TIR.</li> </ul> | <p>Compartilhado</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Caso a greve seja realizada pelo pessoal vinculado à SPE, responsabilidade do parceiro privado</li> <li>• Caso a greve seja realizada pelo pessoal vinculado ao Poder</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Obrigação contratual da SPE na entrega de obras e na prestação dos serviços com qualidade e eficiência;</li> <li>- Remuneração da SPE vinculada ao desempenho do parceiro privado.</li> <li>- Prestação dos serviços assistenciais de incumbência do Poder</li> </ul> | Alto  |



|     |            |                         |  | Concedente,<br>responsabilidade<br>do Poder Público | Concedente  |            |
|-----|------------|-------------------------|--|---|---|------------|
| R48 | Tributário | Planejamento tributário | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Erro no recolhimento de tributos incidentes sobre as atividades da SPE;</li> <li>- Responsabilizações tributárias.</li> </ul> | Privado   | - Obrigação contratual de gestão dos negócios da SPE, inclusive com o correto recolhimento dos tributos legalmente exigíveis do Parceiro Privado. | Baixo      |
| R49 | Tributário | Mudanças tributárias    | - Alteração na carga tributária incidente diretamente na prestação dos serviços,   | Público   | - Cláusula contratual de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.   | Muito Alto |



|     |                    |            |  |         |   |            |
|-----|--------------------|------------|--|---------|---|------------|
|     |                    |            | especialmente ISS.   |         |   |            |
| R50 | Término Antecipado | Encampação | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Extinção do contrato;</li> <li>- Prejuízos econômicos ao parceiro privado.</li> </ul> | Público | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Cláusula contratual específica sobre os procedimentos para a encampação da concessão, conforme disposições legais;</li> <li>- Cláusula contratual de indenização ao Parceiro Privado.</li> </ul> | Muito Alto |



|     |                    |            |   |               |   |            |
|-----|--------------------|------------|---|---------------|---|------------|
| R51 | Término Antecipado | Caducidade | <ul style="list-style-type: none"><li>- Extinção do contrato;</li><li>- Prejuízos sofridos pelo Poder Concedente.</li></ul> | Privado       | <ul style="list-style-type: none"><li>- Definição contratual dos mecanismos de monitoramento e procedimentos para avaliação do desempenho operacional do parceiro privado;</li><li>- Definição contratual clara das hipóteses de decretação da caducidade contratual, considerando gravidade e reincidência de irregularidades contratuais por parte do Parceiro Privado.</li></ul> | Muito Alto |
| R52 | Término Antecipado | Rescisão   | <ul style="list-style-type: none"><li>- Extinção do contrato;</li><li>- Prejuízos sofridos por ambas as partes.</li></ul>   | Compartilhado | <ul style="list-style-type: none"><li>- Cláusula específica sobre os procedimentos para a rescisão e fixação de critérios para o reembolso de eventual Valor Residual</li></ul>   | Muito Alto |



|     |                    |          |   |               |  |            |
|-----|--------------------|----------|---|---------------|--|------------|
|     |                    |          |   |               | ou lucros cessantes.   |            |
| R53 | Término Antecipado | Anulação | - Extinção do contrato por ilegalidade. | Compartilhado | - Cláusula contratual de fixação de critérios claros para eventuais indenizações devidas ao Parceiro Privado, observadas as disposições legais a respeito. | Muito Alto |